

## **A Tempestade e o Deserto**

Quais as implicações económicas da invasão do Iraque? A resposta mais fácil a esta pergunta é aquela que está sempre certa em Economia: "depende". Neste caso, as variáveis críticas são a duração do conflito e as suas repercussões fora do teatro de guerra. Diz-se que, se o conflito for prolongado ou se der origem a uma escalada do terrorismo internacional, então a conjuntura pode ainda degradar-se. Mas que se a intervenção for rápida e a tensão internacional baixar, a precipitação do conflito pode até constituir um estímulo para a economia mundial.

É certo que o prolongamento do clima de tensão não é favorável ao desenvolvimento das actividades económicas. Desde que o Presidente dos EUA anunciou o objectivo de substituir o Presidente Iraquiano, com ou sem aval das Nações Unidas, o Mundo espera um desfecho. Enquanto esse desfecho não chega, muitas decisões de investimento são proteladas e os indivíduos refugiam-se em activos de menor risco, nomeadamente dívida pública.

Nos EUA, a conjuntura tem sido marcada por níveis de investimento muito baixos e por uma queda continuada das cotações na bolsa. A actividade económica tem-se apoiado essencialmente no crescimento do consumo privado e numa expansão do sector imobiliário, alimentada pelas baixas taxas de juro. Mas o elevado endividamento dos particulares e a deterioração das contas públicas constituem importantes factores de risco. Com uma poupança interna extremamente baixa, a economia norte americana está muito dependente dos influxos de capitais. Ora quando os EUA avançam para uma solução militar sem reunir um mínimo de apoios na Comunidade Internacional, é natural que os agentes económicos se interroguem se a aposta em títulos americanos constitui uma boa opção. E o menor interesse pelos activos americanos pressiona as taxas de juro no sentido ascendente ou o dólar no sentido descendente. Como a conjuntura não aconselha a subida das taxas de juro, as autoridades dos Estados Unidos optam por deixar o dólar deslizar. Com isso, exportam as implicações económicas da sua política externa.

Para a Europa, a desvalorização do dólar não constitui propriamente um brinde. Quando o dólar se deprecia face ao euro, a Europa vê reduzidas as oportunidades de exportação para todos os países que usam como referência a moeda norte americana. Estando a maior parte dos países da zona do euro envolvidos numa contracção orçamental a contra-ciclo, a neutralização das exportações como válvula de escape para a queda da procura interna condiciona fortemente as possibilidades de recuperação. Nesta conjuntura, é natural que se multipliquem as pressões junto do BCE para que este reduza mais uma vez as taxas de intervenção.

Sem dúvida, uma resolução rápida do conflito, na medida em que contribua para reduzir a incerteza, pode aliviar a conjuntura. Mas há aspectos da crise que não dependem da duração da tempestade. Ao longo dos últimos 50 anos a ONU tem sido a pedra basilar da Ordem Internacional. Embora desenhada segundo uma lógica de pós-guerra que hoje faz pouco sentido - e, por conseguinte, necessitando de uma profunda reforma - o que é certo é que daquela instituição têm emanado resoluções críticas para a mediação de conflitos internacionais e para a preservação da paz no Mundo. Ora quando aqueles que têm capacidade para fazer cumprir as resoluções da ONU agem à margem das suas determinações, não só perdem legitimidade enquanto bastiões da legalidade internacional, como enfraquecem o papel da instituição.

Mais importante para o Mundo do que a duração da tempestade é o deserto que ela criou em matéria institucional.

Numa perspectiva mais geral, o desprezo que a administração norte americana tem demonstrado pela concertação internacional em domínios tão diversos como o direito internacional, a justiça, o ambiente e o comércio externo, enfraquece toda uma arquitectura institucional que, no entanto, é essencial para enquadrar as relações políticas e económicas entre os países. Se os EUA se dão ao luxo de violar acordos e de menosprezar as instituições, outros países se sentirão legitimados para o fazer. E não seria certamente bom para a economia mundial se a lógica da discricionariedade e da geometria variável, ditadas por relações de poder ou de conveniência económica, se substituíssem ao direito e às instituições internacionais. Regras estáveis e instituições credíveis, na medida em que determinam o ambiente económico no qual os indivíduos investem e produzem, são bens essenciais ao progresso da Economia Global.

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro

18-3-03